



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025



Rio Grande Capitalização S.A.

30 de junho de 2025

Índice

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	06
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	17
Conselho de administração.....	46



Rio Grande Capitalização S.A.

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

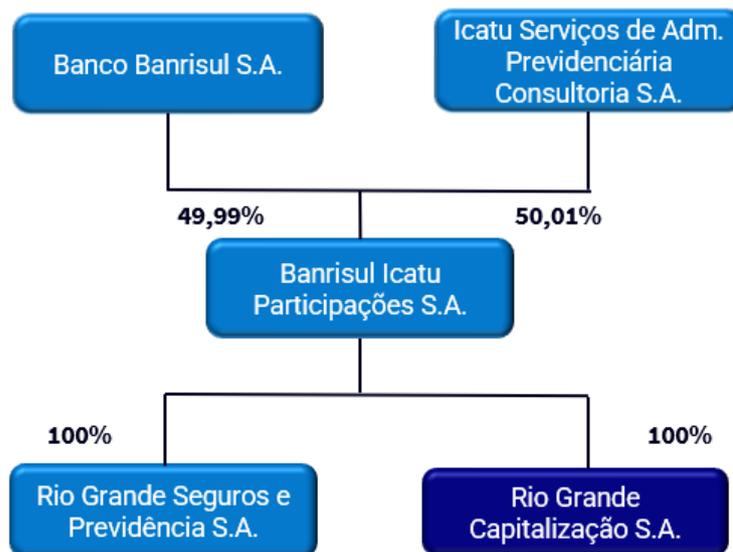
Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, majoritariamente, através do canal de vendas do Banrisul.



Rio Grande Capitalização S.A.

2. Desempenho nas Operações de Capitalização

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no ano anterior, como podemos ver a seguir:

2.1. Operação e patrimônio

Durante o primeiro semestre de 2025, a receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 440.672 (R\$ 398.702 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 10,53%. O resultado com sorteios foi de R\$ 9.835 (R\$ 7.938 no mesmo período do ano anterior), 2,23% da receita com títulos de capitalização (1,99% no mesmo período do ano anterior), e os custos de aquisição foram de R\$ 13.770 (R\$ 14.840 no mesmo período do ano anterior), representando 3,12% da receita com títulos de capitalização (3,72% no mesmo período do ano anterior).

Em 30 de junho de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.632.641 (R\$ 1.518.070 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 7,55%. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2025, atingiu o montante de R\$ 104.241 (R\$ 120.583 em 31 de dezembro de 2024). A redução decorre, principalmente, do pagamento de dividendos no valor de R\$ 42.661, efetuado em 29 de abril de 2025, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

2.2. Despesas administrativas, resultado financeiro e solvência

No primeiro semestre de 2025, as despesas administrativas foram de R\$ 46.063 (R\$ 41.871 no mesmo período do ano anterior), representando 10,45% do total de receitas com capitalização (10,50% no mesmo período do ano anterior).

No primeiro semestre de 2025, as receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 33.539 (R\$ 26.516 no mesmo período do ano anterior), representando um crescimento de 26,49%, principalmente devido ao aumento da taxa básica de juros (SELIC), que beneficiou o rendimento das aplicações financeiras da Companhia.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 80.351, no primeiro semestre de 2025 (R\$ 88.770, em 31 de dezembro de 2024), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 374% (429% em 31 de dezembro de 2024).

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

Em 2025, o grupo ao qual a Companhia pertence publicou seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, concluindo assim a implementação dos requisitos previstos na Circular SUSEP nº 666 de 1º de agosto de 2022.

No primeiro semestre de 2025, a contribuição da Companhia retornou à sociedade R\$ 369.288 em resgates (R\$ 330.186 no mesmo período do ano anterior), R\$ 9.835 em sorteios (R\$ 7.938 no mesmo período do ano anterior), R\$ 45.774 (R\$ 41.820 no mesmo período do ano anterior) pagos à serviços terceirizados, além de R\$ 4.720 (R\$ 3.992 no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos e R\$ 16.757 (R\$ 14.526 no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos, reforçando seu papel como agente de proteção financeira e impacto social. O grupo, como um todo, também apoiou projetos sociais voltados para educação, saúde e promoção da diversidade, reafirmando seus compromissos institucionais com o desenvolvimento sustentável.

Com isso, a Companhia reforça seu alinhamento aos princípios de sustentabilidade do grupo, atuando de forma ética, responsável e comprometida com a geração de valor para a sociedade.



Rio Grande Capitalização S.A.

4. Auditores Independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras intermediárias e de asseguarção limitada exigidos pelo órgão regulador para a Companhia, foram prestados pela **KPMG Auditores Independentes Ltda** até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 204 em 2024. A partir de 01º de janeiro de 2025, a **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 113, em 2025.

5. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2025.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Rio Grande Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

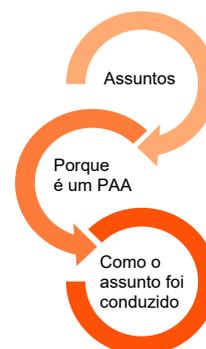
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras intermediárias de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Rio Grande Capitalização S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 3.9 e 11)</p> <p>A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras intermediárias.</p> <p>A Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange as parcelas dos valores arrecadados de capitalização e a Provisão para Resgate (PR), que é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação ou do atingimento dos critérios do prazo prescricional previstos no Código Civil Brasileiro.</p> <p>Considerando a relevância dos valores para a PMC e PR, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, bem como a avaliação e aprovação das notas técnicas atuariais que detalham as metodologias utilizadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia.</p> <p>Efetuamos também, a reconciliação dos relatórios operacionais de arrecadações recebidas e realizamos a conferência com o relatório gerencial de provisões técnicas de capitalização; teste em base amostral para os resgates ocorridos no período com os respectivos comprovantes de liquidação financeira e recálculo em base amostral da Provisão de Distribuição de Bônus de acordo com as condições contratuais.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas atuariais, testamos a completude da base de dados diretamente utilizadas na revisão das movimentações dos fluxos da PMC.</p> <p>Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.</p>

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras intermediárias em 31 de dezembro e em 30 de junho de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2025 e 26 de agosto de 2024, respectivamente, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Rio Grande Capitalização S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.



Rio Grande Capitalização S.A.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Rio Grande Capitalização S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
afw
Assinado por MARCELO LUIS TEIXEIRA SANTOS:04280218737
CPF: 04280218737
DataHora da Assinatura: 26 de agosto de 2025 18:31:08KT
O: SP-0456, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC@SERVICO.RFB.V6
FAD961853F4948B...

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6



Rio Grande Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais

30 de junho 2025 e de 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

		30/06/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE		918.538	814.324
Disponível		1.153	909
Caixa e bancos		1.153	909
Equivalente de caixa	Nota 5	3.197	4.247
Aplicações	Nota 5	908.778	806.341
Créditos das operações de capitalização		-	57
Créditos das operações de capitalização		-	57
Outros créditos operacionais	Nota 6	4.875	2.235
Títulos e créditos a receber	Nota 7.1	535	535
Créditos tributários e previdenciários		535	535
NÃO CIRCULANTE		714.103	703.746
Realizável a longo prazo		713.983	703.648
Aplicações	Nota 5	700.106	689.153
Títulos e créditos a receber		13.877	14.495
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.2	12.729	13.396
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 13.3	1.148	1.099
Intangível		120	98
Outros intangível		120	98
TOTAL DO ATIVO		1.632.641	1.518.070



Rio Grande Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais

30 de junho 2025 e de 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

		30/06/2025	31/12/2024
PASSIVO			
CIRCULANTE		1.527.246	1.396.369
Contas a pagar		12.901	14.214
Obrigações a pagar	Nota 8	9.557	10.004
Impostos e encargos sociais a recolher		526	583
Impostos e contribuições	Nota 8.1	2.818	3.627
Débitos de operações com capitalização		1.399	2.387
Débitos de operacionais		1.399	2.387
Depósitos de terceiros		949	9
Provisões técnicas – capitalização		1.511.997	1.379.759
Provisão para resgates		1500.057	1.367.553
Provisão para sorteio		11.925	12.189
Provisão de receitas diferidas		15	17
NÃO CIRCULANTE		1.154	1.118
Outros débitos		1.154	1.118
Provisões judiciais		1.154	1.118
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		104.241	120.583
Capital social		90.000	90.000
Reservas de lucros		6.918	49.579
Ajustes de avaliação patrimonial		(17.993)	(18.996)
Lucros acumulados		25.316	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.632.641	1.518.070



Rio Grande Capitalização S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho 2025 e de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2025	30/06/2024
Receita com títulos de capitalização		440.672	398.702
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	Nota 18.1	382.167	342.415
Contribuição - Quotas de carregamento	Nota 18.1	58.502	56.398
Variação da provisão para receita diferida	Nota 18.1	3	(111)
Variação das provisões de resgate	Nota 18.2	(369.288)	(330.186)
Variação da provisão de sorteios	Nota 18.3	(9.835)	(7.938)
Custo de aquisição	Nota 18.4	(13.770)	(14.840)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 18.5	11.538	10.044
Outras receitas operacionais	Nota 18.5	13.588	10.846
Outras despesas operacionais	Nota 18.5	(2.050)	(802)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		59.317	55.782
Despesas administrativas	Nota 18.6	(46.063)	(41.871)
Serviços de terceiros		(45.774)	(41.820)
Localização e funcionamento		(58)	(12)
Publicações		(46)	(42)
Donativos e contribuições		(184)	-
Despesas administrativas diversas		(1)	-
Despesas com tributos	Nota 18.7	(4.720)	(3.992)
Resultado financeiro	Nota 18.8	33.539	26.516
Receitas financeiras		86.046	63.073
Despesas financeiras		(52.507)	(36.557)
RESULTADO OPERACIONAL		42.073	36.435
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		42.073	36.435
Imposto de renda	Nota 19	(10.431)	(9.074)
Contribuição social	Nota 19	(6.326)	(5.452)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		25.316	21.909
Quantidade de ações		90.000.000	90.000.000
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		0,28	0,24

**Rio Grande Capitalização S.A.****Demonstrações dos resultados abrangentes**

Para os semestres findos em 30 de junho 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	25.316	21.909
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	1.003	(8.727)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	1.672	(14.544)
Efeito dos tributos – IRPJ e CSLL	(669)	5.817
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	26.319	13.182



Rio Grande Capitalização S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 01º de janeiro de 2024	90.000	4.564	21.714	(3.163)	-	113.115
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	(8.727)	-	(8.727)
Efeito da mudança de prática contábil	-	-	-	-	149	149
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	21.909	21.909
Saldos em 30 de junho de 2024	90.000	4.564	21.714	(11.890)	22.058	126.446
Saldos em 01º de janeiro de 2025	90.000	6.769	42.810	(18.996)	-	120.583
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	1.003	-	1.003
Distribuição de dividendos – AGE 28/03/2025	-	-	(42.661)	-	-	(42.661)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	25.316	25.316
Saldos em 30 de junho de 2025	90.000	6.769	149	(17.993)	25.316	104.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Rio Grande Capitalização S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	25.316	21.909
Ajustes para:		
Variação das provisões técnicas – capitalização	425.946	370.108
Prescrição de títulos de capitalização	(8.017)	(6.463)
Variação das provisões judiciais	64	4
Variação de impostos sobre o lucro	16.664	15.614
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(111.718)	(145.952)
Créditos das operações de capitalização	57	(18)
Créditos fiscais e previdenciários	-	54
Ativo fiscal diferido	(2)	61
Depósitos judiciais e fiscais	(49)	(51)
Outros ativos	(2.640)	447
Outras contas a pagar	442	1.106
Débitos de operações com capitalização	(988)	692
Depósitos de terceiros	940	(124)
Provisões técnicas – capitalização	(285.691)	(242.838)
Provisões judiciais	(28)	-
Outros passivos	-	149
Caixa gerado pelas operações	60.296	14.698
Imposto sobre o lucro pagos	(17.473)	(9.487)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	42.822	5.211
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(22)	(19)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(22)	(19)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(43.607)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(43.607)	-
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(806)	5.192
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5.156	2.871
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4.350	8.063



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da Portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo” é usado para tratar o conjunto formado pelo grupo econômico ao qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 25 de agosto de 2025.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos a valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 5);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) (notas 3.4.4 e 5.3);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas 3.4.3 e 5.2);
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.9 e 11).



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- I. O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II. O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a “valor Justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Caixa e bancos e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2025, o caixa e bancos e equivalentes de caixa eram de R\$ 4.350 (R\$ 5.156 em 31 de dezembro de 2024) e eram representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma que a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.2. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.3. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.4. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.6.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

A Companhia avalia semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.7.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estavam contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar – Obrigações fiscais” até 31 dezembro de 2024 e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja certa.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para capitalização (PMC)

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para distribuição de bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.9.3. Provisão para resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.9.4. Provisão para sorteios a realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão para sorteios a pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão de receitas diferidas (PRD)

A provisão representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização.

3.9.7. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.10. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Assessoria S.A., incorporada pela Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A em 31 de dezembro de 2024, onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu e cobrado mensalmente e o pagamento realizado no mês subsequente. Essa operação está refletida na rubrica de Serviços de terceiros dentro do grupo de Despesas Administrativas, onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

3.11. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, cálculo das provisões técnicas de capitalização, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.13. Novas normas ainda não adotada

O normativo a seguir será adotado em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.13.1. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

3.13.2. Medida provisória nº 1.303 de 11 de junho de 2025

A Medida provisória nº 1.303, promulgada em 11 de junho de 2025 eleva a alíquota da CSLL para as pessoas jurídicas de capitalização de 15% para 20%, a partir de outubro de 2025.

4. Gestão de risco

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas da Companhia estão organizadas em grupos, de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado a seguir:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico que a Companhia está inserida, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), duration do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1 Principais riscos associados aos investimentos

Em 30 de junho de 2025, R\$ 1.560.951, correspondentes a 97% (R\$ 1.446.778, correspondentes a 96% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de *rating* (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 51.489 (R\$ 53.090 em 31 de dezembro de 2024).

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (VaR), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

A Companhia realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os
- (II) retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento 0,94;
- (III) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01:

Fatores de Risco	30/06/2025				31/12/2024			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	(19)	1	1.946	160.872	(23)	1	2.708	157.377
IPCA	(94)	1	5.886	493.058	(109)	1	6.668	478.210

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2025			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	1.153	-	-	1.153
Equivalente de caixa	3.197	-	-	3.197
Aplicações	292.719	790.597	525.568	1.608.884
Créditos das operações de capitalização	-	-	-	-
Títulos e créditos a receber	535	13.877	-	14.412
Total de ativos	297.604	804.474	525.568	1.627.646
Contas a pagar	12.901	-	-	12.901
Provisões técnicas – capitalização	727.393	434.196	350.408	1.511.997
Débitos de operações com capitalização	1.399	-	-	1.399
Depósitos de terceiros	949	-	-	949
Provisões judiciais	-	1.154	-	1.154
Total de passivos	742.642	435.350	350.408	1.528.400

Ativos e passivos	31/12/2024			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	909	-	-	909
Equivalente de caixa	4.247	-	-	4.247
Aplicações	226.745	274.990	993.759	1.495.494
Créditos das operações de capitalização	57	-	-	57
Títulos e créditos a receber	535	14.495	-	15.030
Total de ativos	232.493	289.485	993.759	1.515.737
Contas a pagar	14.214	-	-	14.214
Provisões técnicas – capitalização	568.812	479.503	331.444	1.379.759
Débitos de operações com capitalização	2.387	-	-	2.387
Depósitos de terceiros	7	2	-	9
Provisões judiciais	-	1.118	-	1.118
Total de passivos	585.420	480.623	331.444	1.397.487

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo os riscos legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *compliance* responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade da Companhia ter mais despesas do que receitas, oriundas das quotas de carregamento.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

Em 30 de junho de 2025, as receitas com títulos de capitalização atingiram um total de R\$ 440.672 (R\$ 398.702 em 30 de junho de 2024), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R\$ 437.848 representando 99% nesta data (R\$ 395.502 que representava 99% em em 30 de junho de 2024) e nas demais regiões no montante de R\$ 2.824 representando 1% (R\$ 3.200 representando 1% em em 30 de junho de 2024).

4.1.1.6 Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da Companhia para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras, administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 30 de junho de 2025, esse montante era de R\$ 3.197 (R\$ 4.247 em 31 de dezembro de 2024).

Em 30 de junho de 2025, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) é de R\$ 506.390 (R\$ 493.973 em 31 de dezembro de 2024). Dessa forma, 30 de junho de 2025, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 29.988 e líquidas, de R\$ 17.993 (perdas brutas de tributos de R\$ 31.660 e líquidas de R\$ 18.996 em 31 de dezembro de 2024), apresentado no item seguinte:



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	31/12/2024
Categoria		
Custo amortizado	223.704	226.840
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	476.402	462.313
Valor justo por meio do resultado – VJR	911.975	810.588
Total	1.612.081	1.499.741
Circulante	911.975	810.588
Equivalentes de caixa	3.197	4.247
Aplicações financeiras	908.778	806.341
Não circulante	700.106	689.153
Aplicações financeiras	700.106	689.153

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representam 14% da carteira:

	Taxas contratadas	Vencimento	30/06/2025	
			Valor contábil/curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	223.704	203.971
Total			223.704	203.971
Não circulante			223.704	203.971

	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2024	
			Valor contábil/curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	226.840	195.628
Total			226.840	195.628
Não circulante			226.840	195.628

5.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representam 30% da carteira:

	Taxas contratadas	30/06/2025	
		Valor contábil/justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	6,71%	19.947	21.854
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,26%	456.455	484.536
Total		476.402	506.390
Não circulante		476.402	506.390

	Taxas contratadas	31/12/2024	
		Valor contábil/justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,71%	19.132	22.153
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 5,26%	443.181	471.820
Total		462.313	493.973
Não circulante		462.313	493.973

	30/06/2025	31/12/2024
Vencimento em até cinco anos	452.022	439.018
Vencimento acima de cinco anos	24.380	23.295
Total	476.402	462.313



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representam 56% da carteira:

	Taxas contratadas	30/06/2025
		Valor contábil/justo
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Selic	824.340
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,91%	36.505
Operações compromissadas	Selic	48.292
Outros	-	(359)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	3.197
Total		911.975
Circulante		911.975

	Taxas contratadas	31/12/2024
		Valor contábil/justo
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Selic	722.648
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,91%	34.978
Operações compromissadas	Selic	48.843
Outros	-	(128)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	4.247
Total		810.588
Circulante		810.588

	30/06/2025	31/12/2024
Sem vencimento	10	10
Vencimento em até um ano	295.906	230.982
Vencimento em até cinco anos	616.059	579.596
Total	911.975	810.588

5.4. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total
Saldo final em 01º de janeiro de 2024	510.952	532.332	232.335	1.275.619
(+) Aplicações	522.792	-	-	522.792
(-) Resgates	(278.901)	(105.223)	(19.964)	(404.088)
(+) Rendimentos	55.745	61.591	14.469	131.805
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(26.387)	-	(26.387)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	810.588	462.313	226.840	1.499.741
(+) Aplicações	278.556	-	-	278.556
(-) Resgates	(229.240)	(14.680)	(9.982)	(253.902)
(+) Rendimentos	52.071	27.097	6.846	86.014
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	1.672	-	1.672
Saldo final em 30 de junho de 2025	911.975	476.402	223.704	1.612.081
Circulante				911.975
Não Circulante				700.106

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2025		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	223.704	-	223.704
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	223.704	-	223.704
II. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	476.402	-	476.402
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	19.947	-	19.947
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	456.455	-	456.455
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	860.771	51.204	911.975
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	824.340	-	824.340
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	36.505	-	36.505
Operações compromissadas	-	48.292	48.292
Outros	(74)	(285)	(359)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	-	3.197	3.197
Total (I + II + III)	1.560.877	51.204	1.612.081

	31/12/2024		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	226.840	-	226.840
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	226.840	-	226.840
II. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	462.313	-	462.313
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	19.132	-	19.132
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	443.181	-	443.181
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	810.716	(128)	810.588
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	722.648	-	722.648
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	34.978	-	34.978
Operações compromissadas	48.843	-	48.843
Outros	-	(128)	(128)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	4.247	-	4.247
Total (I + II + III)	1.499.869	(128)	1.499.741



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

30/06/2025						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total	Objetivo
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	770	63.118	Hedge taxa pré-fixada

31/12/2024						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total	Objetivo
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	770	57.320	Hedge taxa pré-fixada

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras. Em 30 de junho de 2025, o montante dessa rubrica era de R\$ 4.875 (R\$ 2.235 em 31 de dezembro de 2024). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo circulante	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda	454	454
Outros	81	81
Total de créditos fiscais	535	535

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica “Tributos diferidos”.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo - não circulante	01/01/2024	Constituição	Realização/ (reversão)	31/12/2024	Constituição	Realização (reversão)	30/06/2025
Imposto de renda diferido	1.631	90.216	(83.475)	8.372	42.953	(43.370)	7.955
Ativo - diferenças temporárias	313	271	(127)	457	29	(28)	458
Passivo - ajuste de TVM	1.318	89.945	(83.348)	7.915	42.924	(43.342)	7.497
Contribuição social diferida	979	54.128	(50.083)	5.024	25.772	(26.022)	4.774
Ativo - diferenças temporárias	188	161	(74)	275	17	(17)	275
Passivo - Ajuste de TVM	791	53.967	(50.009)	4.749	25.755	(26.005)	4.499
Total	2.610	144.344	(133.558)	13.396	68.725	(69.392)	12.729

A maior constituição dos tributos diferidos em 2024 foi influenciada, principalmente, pela variação das taxas de mercado vinculadas aos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), que impactou negativamente o valor justo dos ativos, aumentando o crédito tributário relacionado.

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Diferenças temporárias – 2025 a 2034		
2025	51	7,05%
2026	50	6,83%
2027	55	7,50%
2028	61	8,26%
2029 a 2034	516	70,36%
Total	733	100%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	30/06/2025	31/12/2024
Provisão de títulos a pagar – Prescrição	1.013	995
Contingências Cíveis	15	29
Atualização depósito judicial	(333)	(284)
COFINS exigibilidade suspensa	979	937
PIS exigibilidade suspensa	159	152
Total das provisões temporárias	1.833	1.829
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	458	457
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	275	275
Total	733	732



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Obrigações a pagar

As obrigações a pagar são compostas da seguinte forma:

Passivo circulante	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores a pagar (a)	7.327	7.545
Outras obrigações (b)	2.216	2.334
Outras obrigações a pagar (c)	14	125
Total	9.557	10.004

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A.

(b) Pagamentos a efetuar referente a sorteios e resgate;

(c) Pagamentos a efetuar referente a prestação de serviços de auditoria.

8.1. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos da seguinte forma:

Passivo circulante	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda	1.406	1.654
Contribuição social	845	1.311
COFINS	488	570
PIS	79	92
Total	2.818	3.627

9. Débito das operações de capitalização

Em 30 de junho de 2025, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 1.399 (R\$ 2.387 em 31 de dezembro de 2024).

10. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	30/06/2025	31/12/2024
De 1 a 30 dias	937	3
31 a 60 dias	12	2
91 a 120 dias	-	2
181 a 365 dias	-	1
Acima de 365 dias	-	1
Total	949	9

11. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 01/01/2025	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2025
Provisão matemática para capitalização	1.224.193	371.705	(289.293)	50.373	1.356.978
Provisão para resgate de títulos antecipados	71.004	159.854	(149.455)	706	82.109
Provisão para resgate de títulos vencidos	30.074	136.653	(140.950)	334	26.111
Provisão para distribuição de bônus	42.282	135	(8.495)	937	34.859
Provisão para resgates	1.367.553	668.347	(588.193)	52.350	1.500.057
Provisão para sorteios a realizar	7.895	11.538	(12.828)	(10)	6.595
Provisão de sorteios a pagar	4.294	11.127	(10.136)	45	5.330
Provisão para sorteios	12.189	22.665	(22.964)	35	11.925
Provisão para receitas diferidas	17	1	(3)	0	15
Outras provisões	17	1	(3)	0	15
Total	1.379.759	691.013	(611.160)	52.385	1.511.997

	Saldos em 01/01/2024	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2024
Provisão matemática para capitalização	992.589	685.120	(528.574)	75.058	1.224.193
Provisão para resgate de títulos antecipados	63.230	248.272	(241.076)	578	71.004
Provisão para resgate de títulos vencidos	32.076	293.344	(295.629)	283	30.074
Provisão para distribuição de bônus	52.363	4.992	(17.145)	2.072	42.282
Provisão para resgates	1.140.258	1.231.728	(1.082.424)	77.991	1.367.553
Provisão para sorteios a realizar	7.350	22.108	(21.375)	(188)	7.895
Provisão de sorteios a pagar	5.846	18.505	(20.087)	30	4.294
Provisão para sorteios	13.196	40.613	(41.462)	(158)	12.189
Provisão para receitas diferidas	-	144	(127)	-	17
Provisão para despesas administrativas	149	-	(149)	-	-
Outras provisões	149	144	(276)	-	17
Total	1.153.603	1.272.485	(1.124.162)	77.833	1.379.759

11.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- (i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 14%, definido com base na experiência da Companhia;
- (ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

		Coberturas de risco: Efeito bruto no resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2025	31/12/2024
Variável	Premissas		
Resultado sorteio	Aumento de 14% nos valores sorteados	(2.998)	(2.591)
Resultado sorteio	Redução de 14% nos valores sorteados	2.998	2.591



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2025	31/12/2024
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	1.511.997	1.379.759
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	1.589.151	1.464.282
Equivalente de caixa	3.197	4.247
Total dos ativos vinculados	1.592.348	1.468.529
Total de aplicações	1.592.348	1.468.529
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	80.351	88.770

13. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

13.1. Provisões judiciais

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais.

	30/06/2025	31/12/2024
Cíveis	15	29
Obrigações fiscais	1.139	1.089
Total Provisões judiciais	1.154	1.118

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

Probabilidade de perda	30/06/2025			31/12/2024			Causas cíveis
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	3	15	15	3	29	29	29
Possível	8	95	-	7	72	-	-
Total	11	110	15	10	101	29	29

13.2. Provisões judiciais - Obrigações fiscais

Na rubrica “Outras contas a pagar – obrigações fiscais” estavam registradas até 31 de dezembro de 2024 as obrigações referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01º de janeiro de 2025 a Companhia reclassificou os saldos da rubrica “Outras contas a pagar – obrigações fiscais” relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para rubrica “Outros débitos - Provisões Judiciais”. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 01/01/2025	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2025
COFINS	937	42	979
PIS	152	8	160
Total - obrigações fiscais	1.089	50	1.139

	Saldo em 01/01/2024	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	865	72	937
PIS	141	11	152
Total - obrigações fiscais	1.006	83	1.089

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	159	159	980	980	1.139	1.139
Saldo total 30/06/2025	159	159	980	980	1.139	1.139

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	146	152	901	937	1.047	1.089
Saldo total 31/12/2024	146	152	901	937	1.047	1.089

- (a) Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas à prescrição) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

13.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Em 30 de junho de 2025, o saldo da rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” é de R\$ 1.148, sendo R\$ 1.139 de depósitos fiscais e atualização monetária (R\$ 1.089 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 9 de depósitos cíveis, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Cíveis	9	10
Fiscais	1.139	1.089
Total Depósitos Judiciais	1.148	1.099



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo, a movimentação das adições e atualização monetária dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.089	1.006
Atualização monetária	50	83
Saldo final	1.139	1.089

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 é representado integralmente por 90.000.000 ações ordinárias.

14.2. Reservas de Lucros

As reservas de lucros de R\$ 6.918 em 30 de junho de 2025 (R\$ 49.579 em 31 de dezembro de 2024), são compostas por:

14.2.1. Reserva legal

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a reserva legal é de R\$ 6.769, que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

14.2.2. Reserva estatutária

Em 30 de junho de 2025, a reserva estatutária é de R\$ 149 (R\$ 42.810 em 31 de dezembro de 2024), constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. No primeiro semestre de 2025 foi distribuído R\$ 42.661 em dividendos provenientes desta reserva.

14.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de "Créditos tributários". O saldo em 30 de junho de 2025 era de uma perda de R\$ 17.993 (perda de R\$ 18.996 em 31 de dezembro de 2024), líquidos dos tributos.

14.4. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	104.241	120.583
Ajustes contábeis	(9.269)	(10.068)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(9.149)	(9.970)
Ativo intangíveis	(120)	(98)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(5.666)	(12.634)
Ativos financeiros na categoria custo amortizado	(11.800)	(15.620)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	3.547	628
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. de capitalização	2.587	2.358
Subtotal PLA – nível	89.306	97.880
PLA nível I	79.592	91.468
PLA nível II	6.134	2.986
PLA nível III	3.580	3.426
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	89.306	97.880
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	1.707	1.482
Capital de risco de subscrição	6.119	5.679
Capital de risco – mercado	18.251	17.631
Capital de risco - redução por correlação	(4.739)	(4.375)
Capital de risco – operacional	2.528	2.422
Capital de Risco (CR) (b)	23.866	22.838
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	23.866	22.838
Patrimônio líquido ajustado	89.306	97.880
(-) Exigência de capital - EC	(23.866)	(22.838)
Suficiência de capital - R\$	65.440	75.042
Suficiência de capital (% da EC)	374%	429%



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Icatu Seguros S.A (Controladora indireta) (a)	-	-	(1.466)	(1.514)	1.626	1.736	-	--
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A (Controladora indireta) (b) (*)	-	-	(6.977)	(7.180)	-	-	(45.699)	(41.707)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	-	-	(9.947)	(6.652)	8.112	7.929	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora direta) (c)	-	-	-	(946)	-	-	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	(18.390)	(16.292)	9.738	9.665	(45.699)	(41.707)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é relacionada a seguir:

(a) Venda de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;

(b) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia, suas Controladas e ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia; e

(d) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

(*) Para fins de reestruturação societária do grupo, a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., controladora indireta da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

30/06/2025				
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PM018T	15414.614832/2022-37	8,13%	0,5% a.m.	TR
PM007T	15414.900522/2019-37	10,05%	0,5% a.m.	TR
PM008T	15414.900523/2019-81	12,48%	0,5% a.m.	TR
PM016T	15414.612648/2020-91	17,49%	0,5% a.m.	TR
PU012I	15414.900665/2019-49	0,24%	0,16% a.m.	TR

17. Comercialização

O índice de custo de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de comercialização	% Comercialização	
	30/06/2025	30/06/2024
Títulos de pagamentos mensais (PM)	3,98%	4,80%

18. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

18.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	30/06/2025	30/06/2024
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	382.167	342.415
Títulos emitidos e/ou recebidos (*)	382.229	342.518
Devolução e cancelamento	(62)	(103)
Contribuição - Quotas de carregamento	58.502	56.398
Títulos emitidos e/ou recebidos*	58.590	56.474
Devolução e cancelamento	(88)	(76)
Variação da provisão para receita diferida (**)	3	(111)
Reversão da Provisão da Receita Diferida	3	22
Variação da Provisão da Receita Diferida	-	(133)
Total	440.672	398.702

(*) Aumento das contribuições relacionadas as quotas de capitalização e sorteio influenciado pela maior arrecadação no período distribuído em novas vendas e manutenção das demais parcelas.

(**) No primeiro semestre de 2025, foi realizada a revisão da metodologia de constituição da Provisão para Receita Diferida pela área Atuarial, conforme previamente aprovada pela auditoria externa. A atualização está alinhada às orientações do novo manual disponibilizado pela SUSEP.

18.2. Variação da provisão de resgate

	30/06/2025	30/06/2024
Constituição da provisão para resgate (*)	(370.599)	(328.968)
Despesas com resgate	(1.250)	(1.189)
Reversão da provisão para resgate	60	71
Variação de provisão para distribuição de bônus (**)	2.501	(100)
Total	(369.288)	(330.186)

(*) Os produtos de capitalização comercializados contemplam 100% de quota de capitalização nas parcelas a partir do primeiro ano de vigência. O aumento na arrecadação influencia diretamente no aumento dessa provisão.

(**) A Provisão para distribuição de bônus encontra-se em *run-off*, por este motivo as reversões superaram as constituições no primeiro semestre.



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3. Resultado com sorteios

	30/06/2025	30/06/2024
Reversão da provisão para sorteio (*)	12.828	10.366
Constituição da provisão para sorteio (*)	(11.537)	(10.089)
Despesas com títulos sorteados (**)	(11.126)	(8.215)
Total	(9.835)	(7.938)

(*) Os produtos de capitalização comercializados contemplam 100% de quota de capitalização nas parcelas. Logo, temos um aumento da provisão no primeiro ano da arrecadação, e após o primeiro ano a provisão de sorteios entra no fluxo de amortização até o atingimento do prazo de vigência total do título.

(**) Aumento nas despesas com títulos sorteados influenciado pelo aumento do volume de vendas do produto de incentivo, cuja principal característica é a contemplação por meio de sorteios.

18.4. Custo de aquisição

	30/06/2025	30/06/2024
Despesas de corretagem	(13.690)	(14.774)
Despesas de custeamento de vendas	(80)	(66)
Total	(13.770)	(14.840)

18.5. Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	30/06/2025	30/06/2024
Receita com resgate de título	5.565	4.377
Receita com prescrição de título	8.017	6.463
Despesas com provisões (*)	(2.050)	(802)
Outras despesas	6	6
Total	11.538	10.044

(*) A variação identificada refere-se principalmente ao maior volume de despesas com processamento dos pagamentos via indenizações.

18.6. Despesas administrativas

	30/06/2025	30/06/2024
Serviços de terceiros (*)	(45.774)	(41.820)
Localização e funcionamento	(58)	(12)
Donativos e contribuições	(184)	-
Publicidade e propaganda	(46)	(39)
Despesas administrativas diversas	(1)	-
Total	(46.063)	(41.871)

(*) Há R\$ 45.699 em 2025 (R\$ 41.707 em 2024), referente à prestação de serviços da Icatu Assessoria S.A. (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.) para a Companhia, conforme indicado na nota de partes relacionadas (nota 15).

18.7. Despesas com tributos

	30/06/2025	30/06/2024
COFINS	(3.263)	(3.040)
PIS	(530)	(494)
Taxa de fiscalização	(882)	(414)
Outras despesas com tributos	(45)	(44)
Total	(4.720)	(3.992)



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.8. Resultado financeiro

	30/06/2025	30/06/2024
Categoria – VJORA	27.097	22.913
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	27.097	22.913
Categoria - custo amortizado	6.846	7.135
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	6.846	7.135
Categoria - VJR	52.071	32.980
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	52.071	32.980
Outras receitas financeiras	32	45
Total – Receitas financeiras	86.046	63.073
Categoria – VJR	-	(4)
Quotas de fundos de investimentos – exclusivos	-	(4)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(52.385)	(36.402)
Outras despesas financeiras	(122)	(151)
Total – Despesas financeiras	(52.507)	(36.557)
Total	33.539	26.516

19. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2025		30/06/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	42.073	42.073	36.435	36.435
ADIÇÕES	2.550	2.550	1.545	1.545
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	15	15	28	28
Outras provisões	1.013	1.013	269	269
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	1.138	1.138	1.048	1.048
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	284	284	200	200
Doações e Patrocínios Indedutíveis	100	100	-	-
EXCLUSÕES	(2.446)	(2.446)	(1.785)	(1.785)
Outras provisões	-	-	(90)	(90)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	(1.089)	(1.089)	(1.006)	(1.006)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(333)	(333)	(242)	(242)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(29)	(29)	(24)	(24)
Provisão de título a pagar - prescrição	(995)	(995)	(423)	(423)
Resultado ajustado	42.177	42.177	36.195	36.195
Lucro após as compensações	42.177	42.177	36.195	36.195
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(10.332)	(6.327)	(9.037)	(5.429)
Incentivos fiscais	(100)	-	-	-
Reversão da provisão de créditos tributários	1	1	(37)	(23)
Despesas com IRPJ/CSLL	(10.431)	(6.326)	(9.074)	(5.452)
Alíquota efetiva - resultado antes dos tributos	25%	15%	25%	15%



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Eventos subsequentes

20.1 Medida provisória nº1.303

A Medida provisória nº 1.303, promulgada em 11 de junho de 2025 eleva a alíquota da CSLL para as pessoas jurídicas de capitalização de 15% para 20%, a partir de outubro de 2025.

20.2 Distribuição de dividendos

Em 25 de agosto de 2025 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 22.784.482,80 (vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).

21. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo grupo econômico o qual a Companhia faz parte, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2025 da Icatu Seguros S.A..



Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Presidente

Luciano Soares

Conselheiros

Fernando Guerreiro de Lemos

Ademar Schardong

Arthur José de Lemos Júnior

Edson Georges Nassar

Luiz Carlos Caio Tomazeli

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira

Luiz Gonzaga Veras Mota

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário

Lígia Guedes de Abreu

MIBA nº 1394